

**JORNAL** de

- 1 Olhares sobre a invisibilidade social  
**Felipe Rayann Braga Souza** 3
- 2 Entre visões e intersecções semióticas  
**Lucas Almeida** 6
- 3 Uma perspectiva realista  
**Felipe Freller** 8
- 4 Um tema espinhoso da filosofia nietzschiana  
**Jelson Oliveira** 13
- 5 Economia e prudência  
**Walter Paixão** 20

ENSAIOS

- 6 Subjetividade política singular da mulher  
**Paula Gabriela Mendes Lima** 23
- 7 O estouro da boiada de 8 de janeiro de 2023  
**Milton Meira do Nascimento** 30
- 8 Hume e o sublime retórico  
**Pedro Paulo Pimenta** 35

## NOTA DO EDITOR

A partir da edição de n. 119, o *Jornal de Resenhas* passou a ser editado somente na versão digital, por intermédio de uma parceria da Discurso Editorial com a República do Livro.

As resenhas publicadas são enviadas pelos autores, submetidas à análise e aceitas pelo Conselho Editorial.

O conteúdo das resenhas é de responsabilidade única dos seus autores.

As matérias publicadas aqui também se encontram em [www.jornalderesenas.com.br](http://www.jornalderesenas.com.br).

### CONSELHO EDITORIAL

André Vitor Singer (USP)

Ildeu de Castro Moreira (UFRJ)

Fernando Antonio Pinheiro Filho (USP)

José Castilho Marques Neto (UNESP)

Laura de Mello e Souza (USP)

Luiz Fernando Franklin de Mattos (USP)

Milton Meira do Nascimento (USP)

Ricardo Musse (USP)

Samuel Titan Jr. (USP)

Sérgio Miceli (USP)

Wander Melo Miranda (UFMG)

### EDITOR RESPONSÁVEL

Milton Meira do Nascimento

Contato: [editorial@jornalderesenas.com.br](mailto:editorial@jornalderesenas.com.br)

Direção de arte e diagramação

Marcelo Girard

Logotipo

Amilcar de Castro

Projeto gráfico original

Eliane Stephan

Desenvolvimento original

Fernando Caro



discurso editorial

### DISCURSO EDITORIAL

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315

Cidade Universitária, Butantã

CEP 05508-010, São Paulo-SP

Telefone: (11) 3091-0079

e-mail: [editorial@jornalderesenas.com.br](mailto:editorial@jornalderesenas.com.br)

ISSN 1984-6282 \_ Fevereiro de 2023

# Olhares sobre a invisibilidade social

---

## A VIDA QUE NINGUÉM VÊ

Eliane Brum

ARQUIPÉLAGO EDITORIAL, 2006, 208 p.

**E**liane Brum, nascida em 1966, em Ijuí, é jornalista consagrada, formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) e atuou como repórter no jornal Zero Hora em Porto Alegre. É autora com diversas premiações, dentre as quais *A vida que ninguém vê*, que ganhou Jabuti de reportagem em 2007.

Ouse. Olhe. É assim que a obra *A vida que ninguém vê* se encerra. Eliane Brum nos diz em seu texto “Gosto de olhar, mas não de falar. Gosto de ser invisível”. É com um olhar, uma percepção apetejada pelo que se diz diferente, por aquilo que não recebe um palco nem um holofote, pelo que não vira manchete dentro dos jornais e veículos midiáticos, que Brum olha para uma dor que é surda, silenciosa, turva, inefável, para aqueles que experienciam a dor da invisibilidade social. Por através de 21 reportagens, Brum nos apresenta essa dor, nos direciona os olhares para pessoas que encontramos no nosso cotidiano, cheios de tautologia, corriqueiramente, em semáforos, em ruas, praças, avenidas, filas de banco, mas que negligenciamos. 21 reportagens, ou 21 vidas, *A vida que ninguém vê* nos apresenta em um diálogo rápido, mas não sem complexidade, essas pessoas que são imperceptíveis à nossa visão, ou até mesmo aquelas a quem já negligenciamos um olhar atento, quantos vidros da janela do carro já levantamos para Camilas no semáforo vermelho? Três ou dois? Ou então, quantas vezes já saltamos por cima de Alverindos (Sapo) sem sequer olhar para baixo? Duas ou três? E quantas vidas se perdem pela omissão todos os anos? A esses números não temos acesso. É com esse estigma quase naturalizado, vício des-

contente intrínseco que adquirimos, que Eliane Brum, com suas reportagens, dá um olhar de volta para esses olhares cheios de gana, mas em situação de invisibilidade social.

Apesar de contar com uma escrita de fácil acesso, ou seja, não é necessário de fato, nenhuma bagagem acadêmica para a compreensão do texto, *A vida que ninguém vê* faz outras exigências de seus leitores. Em cada retrato, cada narrativa, há um enorme e inquietante ofício de empatia pelo olhar do outro. É decerto necessária a capacidade de inspirar a dor do outro. E, uma vez feito, a leitura se torna densa, complexa, causa desassossego, amargura, revolta, indigestão e muitas vezes ‘*Weltschmerz*’ (dor de mundo), que seria a dor que sentimos após tomarmos a consciência profunda do mal e do sofrimento. A cada reportagem e a cada vida que acompanhamos, isso se torna mais inevitável. Há dicotomia dentro dos textos, metade se lê, metade se sente. Cruzamos com a miséria extrema por diversas vezes dentro das reportagens. Símbolo disso é a reportagem que toma para si o nome de “Enterro de pobre”, que conta a história de Antônio, de vida financeiramente pobre, cheia de abdições e lutas, que se torna uma vida sem lugar, a ponto de “não ter lugar para morrer” (p. 37). Antonio percebe que esse é o destino de pobre, dele, dos seus filhos e seus netos. A narrativa continua num ciclo de pobreza e impossibilidade tão simbólico quanto “Vida Maria” ou em “O menino do alto”, história de um menino que enfrentou todos os dias o mesmo teto após ter suas pernas assassinadas por ter nascido do lado errado da cidade.

Brum, em dado momento, faz um retrato de um certo conde, Manoel Marques de Souza “O conde decaído”, que ficou um tempo entre Duque de Caxias e Riachuelo, e mais a frente se estabeleceu em algum canto em Porto Alegre. Trata-se de uma estátua de mármore de um homem que algum dia já teve inúmeras ambições. Brum julga-a como esquecida, como um mármore esculpido que ninguém mais vê. Entretanto, decerto a estátua de mármore deve ter recebido mais olhares abstraídos do que qualquer personagem presente dentro das reportagens; mas cada personagem tem certamente mais ambição que qualquer estátua em Porto Alegre. Em *A vida que ninguém vê*, no meio de toda miséria, testemunhamos ali muita sede, sede de realização, fome do querer. Personagens que mostrariam a fome e escreveriam o pão. Como a gana

incomensurável de Dona Maria de ler o mundo, de se alfabetizar, ato que para quem dispõe de exequibilidades pode parecer tão banal quanto a própria respiração, mas para Dona Maria é mais do que suficiente para deixar tudo para trás e ir em busca de uma realização. Adail que quer voar, e voou. Frida que desejava um certo vereador. As vontades são diversas, todas encontradas em entrelinhas e na marginalia; vontades que partem da desimportância e da simplicidade que imaginamos da sua realização, mas que são porta voz para uma empatia com cada reportagem dentro do livro, e até da pretensão de Brum com seu livro.

Brum, além de nos fazer olhar para cima, baixo, esquerda e direita, pontua no fim de seu livro sobre algumas prospecções do novo jornalismo, um jornalismo mais digital que não suja os sapatos, isto é, não vai pra rua, não tem contato entre o entrevistador e o entrevistado, um jornalismo que vai para a rua com o objetivo de preencher uma planilha pronta, talvez, por exemplo: “o que, quem, quando, onde, como, por quê”. Eliane Brum tem a pretensão de que seu livro seja lido dentro das faculdades para a quebra desse paradigma, de um jornalismo instantâneo, automatizado. Após a leitura de *A vida que ninguém vê* fica inegável a importância de sujar os sapatos para uma percepção do outro. Entretanto, é uma leitura que transcende sua importância, não se limita para somente o expediente, para o meio acadêmico, para as redações, mas também aponta para a necessidade de se manifestar na vida, no nosso cotidiano. Já dirige o olhar não somente para si, mas muito para o outro, não somente como um profissional em campo, mas como uma outra história, um mundo particular costurado por traumas e estigmas. É uma leitura de carga teórica nula, mas de carga emocional ostensiva. Num primeiro momento, após a compreensão do seu arcabouço principal, isto é, os indivíduos em situação de invisibilidade social, o livro gerou incômodo. Porém, em seguida, provocou reflexão, revisão de atos e movimentos próprios e foi fundamental para virar o pescoço e olhar para o redor. Por fim, para a corroboração do que acabamos de expor, é basilar a menção ao “Museu da Pessoa”, que é um projeto que abriga em seu acervo histórias de vidas, que não viram manchetes, histórias que partem de todas as etnias, credos e idades.

---

FELIPE RAYANN BRAGA SOUZA é estudante de jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto

# Entre visões e intersecções semióticas

---

## ANÁLISE DO TEXTO VISUAL: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM

Antonio Vicente Pietroforte

EDITORA CONTEXTO, 2017, 104 p.

Shakespeare dizia que “há mais mistérios entre o céu e a terra do que a vã filosofia dos homens possa imaginar”, em se tratando do desconhecido aos olhos néscios deste mundo. Todavia, se o autor inglês fosse semiotista, certamente alteraria “céu” e “terra” pelos “planos de expressão” e de “conteúdo” que, muito além do que se lê, encontram-se nos mais variados códigos da comunicação, como a dança, as artes plásticas, o design e, sobretudo, a imagem por eles representada.

Pietroforte, sob a luz da Semiótica Tensiva desenvolvida por Claude Zilberberg e Jacques Fontanille, abraça a missão de tornar “a semiótica visual simples e sem mistérios” aos leitores (estudiosos das ciências da linguagem), haja vista a pertinência dos estudos semióticos em pesquisas atuais voltadas ao simbolismo audiovisual.

Elucidando terminologia e prática em pesquisa, Pietroforte organiza sua obra em sete capítulos e vinte e nove subcapítulos voltados a distintas construções de imagem por meio da concepção da: 1) música, 2) formas plásticas, 3) sinestesia, 4) história em quadrinhos, 5) questão erótica x pornográfica e 6) fotografia.

No primeiro capítulo, o autor debruça-se nas reflexões acerca da Semiótica Tensiva enquanto semiótica, sem preciosismos teórico-discursivos. Por meio de exemplos extraídos de clássicos da literatura brasileira, Pietroforte apresenta um exímio trabalho didático concernente à construção do quadrado semiótico como forma de esclarecer ao leitor a relação entre termos opostos, parte da rede capaz de gerar sentido. O autor faz, ainda, constante uso de funções exponen-

ciais, lineares, crescentes e decrescentes, recursos que, apesar de parecerem “estranhos” aos amantes das ciências da linguagem, são cruciais à compreensão dos níveis de tensão discursiva que compõem a metodologia empregada nos estudos semióticos.

Nos capítulos 2, 3, 5 e 7, Pietroforte apresenta ao leitor distintos percursos gerativos de sentido a partir de planos de expressão e de conteúdo inseridos na música, nas formas plásticas, nas histórias em quadrinhos e na fotografia, e é nessa empreitada que o autor logra transcrever conceitos abstratos em tabelas, esquemas e gráficos que ilustram as etapas do estudo semiótico por meio do semi-simbolismo e de categorias plásticas eidéticas extraídas e/ou concebidas a partir de textos visuais.

A sinestesia toma espaço no capítulo 4, sendo descrita por Pietroforte como “semiótica não verbal, ou seja, semiótica plástica, dos odores e gustativa”. Sob o ritmo da poesia de João Cabral de Melo Neto, o autor presenteia o leitor, mais uma vez, com sua didática multidisciplinar e multimodal, utilizando-se de exemplos concretos para a elucidação de conceitos abstratos da semiótica tensiva.

Afastando-se da polêmica gerada pelo senso comum a respeito do erótico x pornográfico, Pietroforte cuida da temática com seriedade e com embasamento, desta vez, na música de J. M. Cano. Analisando as dimensões estéticas da letra, o autor preconiza explicitar a forma pela qual a concepção do erotismo x erótico tem sido relativizada a partir de preceitos religiosos e/ou morais, o que pode ser confrontado pelo percurso gerativo de sentido resultante das tensões narrativas presentes em tais manifestações não verbais.

É fato que a Semiótica Tensiva apresenta um vasto uso de terminologia que pode ser desafiadora àqueles que pretendem iniciar sua aventura em busca da solução dos mistérios presentes no texto. Não obstante, Pietroforte cumpre com sua palavra ao tratar de conceitos e de metodologia de estudo do texto visual de forma didática, dinâmica e multidisciplinar.

---

LUCAS ALMEIDA é graduado em Letras e, atualmente, cursa pós-graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês na FFLCH - USP

# Uma perspectiva realista

Maquiavel como baliza para investigar golpes de Estado à luz da conquista e da conservação do poder por personagens inovadores

---

## GOLPE DE ESTADO: HISTÓRIA DE UMA IDEIA

Newton Bignotto

BAZAR DO TEMPO, 2021. 383 p.

A ideia de golpe de Estado está na ordem do dia do debate político brasileiro desde 2016, quando a polêmica sobre a adequação de aplicar o conceito ao impeachment de Dilma Rousseff se instaurou. A centralidade do conceito se aprofundou a partir da ascensão do bolsonarismo em 2018, por duas razões principais: a primeira é que a ideologia propagada por Jair Bolsonaro defende chamar o golpe de 1964 de Revolução; a segunda é que o próprio presidente faz ameaças reiteradas de ruptura institucional desde a campanha que o elegeu – ameaças que se intensificaram às vésperas da eleição de 2022. Esse cenário reacendeu debates na sociedade sobre a pertinência de se falar em golpe de Estado em 1964 e em 2022. Infelizmente, essa discussão tão crucial é prejudicada pela falta de clareza com que o conceito tem sido tratado nesses debates, como se a urgência de tomar posicionamento perante tantas crises dispensasse uma investigação sobre as diferentes camadas de significado da ideia de golpe de Estado e sua história.

É esta lacuna que o livro *Golpe de Estado: História de uma ideia*, publicado por Newton Bignotto, importante filósofo brasileiro, no fim de 2021, vem preencher. Aliando erudição, rigor de análise, profundidade e linguagem acessível, o livro traz a contribuição central de, em vez de oferecer uma definição unívoca de golpe de Estado, a qual simplificaria o debate, demonstrar que foram diversas camadas de significado que se acoplaram à ideia ao longo dos séculos, resultando disso um conceito complexo, com múltiplas, e por vezes contraditórias

rias, dimensões. Bignotto nos faz ver que tratar o golpe de Estado como um simples espantalho, como uma designação pejorativa para atos dos quais discordamos, impede-nos de compreender um fenômeno fundamental da política em toda a sua complexidade. Rejeitando o ponto de vista moral, o autor considera que os golpes de Estado “são parte do universo da política e podem ser analisados como parte de um processo que não apenas é natural, mas que ocorre com frequência, que é aquele da inovação” (p. 40). Assim, “não podem ser postos de lado pelos pensadores da política pelo fato de serem moralmente condenáveis” (p. 41). O golpe de Estado coloca seus atores diante dos elementos constitutivos da ação política: a contingência, o risco, as circunstâncias difíceis e imprevisíveis.

No Capítulo 1, Bignotto analisa o tratamento de Nicolau Maquiavel ao tema das conjurações, adotando o autor florentino como uma baliza para o estudo da ideia de golpe de Estado nos séculos seguintes. Assim, os golpes de Estado serão compreendidos à luz da tópica maquiaveliana da conquista e da conservação do poder por personagens inovadores, como os “príncipes novos”. Na maneira como Bignotto analisa as três fases da conjuração para Maquiavel (a preparação, a execução e a consolidação do poder conquistado), destaca-se a dimensão da fortuna, da indeterminação da ação política, o que tornaria impossível um saber positivo sobre as conjurações.

No Capítulo 2, o autor aborda a entrada do golpe de Estado no vocabulário político na França do século XVII, em um contexto marcado pela emergência do Estado moderno e das teorias da soberania e da razão de Estado. Tendo por foco Gabriel Naudé, o autor que mais precisou e popularizou o conceito, Bignotto nota que seu significado era inicialmente positivo, referindo-se às ações extraordinárias necessárias para conservar o Estado. Apesar dessa ênfase na conservação, Naudé teria percebido que o conceito podia se aplicar também aos atos de conquista do poder, avizinhandose da ideia clássica de conspiração. A camada de significado desse primeiro momento de elaboração da ideia de golpe de Estado seria o emprego extraordinário da violência na esfera política. Ainda no século XVII, a mesma tópica dos atos extraordinários de conquista e conservação do poder teria aparecido no Segundo tratado sobre o governo de John Locke, embora sem a referência ao conceito de golpe de Estado: Locke teria cha-

mado de prerrogativa as ações extraordinárias para preservar o bem comum, e de usurpação a conquista violenta do poder.

O Capítulo 3 trata do século XVIII, em que o emprego teórico do conceito de golpe de Estado entra em declínio. A partir de 1789, o principal conceito a dar sentido à experiência política teria passado a ser o de revolução, embora a conspiração continuasse na ordem do dia e obcecasse os principais atores da Revolução Francesa. A própria oposição dos revolucionários entre a Revolução, concebida positivamente como o início de uma nova era, e as conspirações, maquinadas por particulares que queriam tomar o poder, parece estar na origem da dicotomia contemporânea entre revolução e golpe de Estado. Bignotto faz uma análise pormenorizada dos eventos que levam ao 18 Brumário, demonstrando que os atos de conquista e conservação do poder que hoje chamamos de golpes de Estado eram compreendidos e justificados pela linguagem da Revolução. O 18 Brumário é caracterizado como “o paradigma moderno dos golpes de Estado” (p. 166), por sua união entre aparência de legalidade, defesa da Revolução, emprego controlado da violência perante os obstáculos e lançamento das bases de um novo sistema de poder.

No Capítulo 4, Bignotto examina a reemergência do conceito de golpe de Estado no vocabulário político do século XIX, especialmente na França, trazendo novas camadas de significado. A maior novidade teria consistido na definição do golpe como uma violação da Constituição, consolidando-se seu sentido negativo. Uma das principais elaborações, no campo liberal, seria a de Benjamin Constant, para quem os golpes de Estado não eram simples violações da lei, mas representavam a destruição de todo o edifício constitucional. O século XIX teria consolidado a dicotomia entre revolução e golpe de Estado, embora os conceitos por vezes se confundissem, de modo que “a Revolução ganhou a incômoda companhia dos golpes de Estado” (p. 205). Assim, Bignotto inclui em sua análise personagens como Auguste Blanqui, preocupados em elaborar uma cultura da insurreição, mesmo que, em sua visão, isso se diferenciasse dos golpes de Estado. O golpe de Luís Napoleão Bonaparte teria cristalizado a associação entre golpe de Estado e ascensão de um regime autoritário.

O Capítulo 5 defende a tese de que o século XX adicionou uma última camada de significado ao conceito de golpe de Estado: a camada da técnica. O au-

tor central desse capítulo é o italiano Curzio Malaparte, que, fascinado com a tomada do Estado por insurreições, golpes e revoluções como a Revolução de Outubro ou a Marcha sobre Roma, teorizou esses movimentos de tomada do poder como um problema de ordem técnica. O golpe de Estado seria “uma nova forma de ação na arena pública totalmente baseada no uso racional e controlado das forças materiais” (p. 297). Embora essa perspectiva reatasse de algum modo com a análise realista de Maquiavel sobre as conjurações, Bignotto retrata a visão técnica do século XX como uma versão empobrecida, pois a dimensão da contingência e da indeterminação é abandonada, e Malaparte teria alimentado a ilusão de uma ciência exata e precisa a respeito dos golpes de Estado, contrariando Maquiavel. Essa ilusão estaria presente no tratamento dos golpes de Estado pelas ciências sociais da segunda metade do século XX, com as quais Bignotto encerra, em tom crítico, seu percurso sobre as diferentes camadas de significado acopladas ao conceito ao longo dos séculos.

A abordagem realista de Bignotto apresenta a contribuição inestimável de trazer à luz aspectos fundamentais dos golpes de Estado que costumam permanecer invisíveis nas abordagens puramente morais ou normativas. De especial interesse é o empreendimento de analisar os golpes em paralelo com seus “vizinhos”, as conspirações, usurpações, insurreições e revoluções. Enxergando no golpe de Estado o problema mais geral da conquista e conservação do poder por atores políticos que pretendem inovar, o autor demonstra de maneira irrefutável que é inútil erigir, com propósitos puramente morais, um muro conceitual entre o golpe de Estado e outros momentos da vida política em que o problema da inovação e da ruptura com a normalidade se coloca.

Entretanto, essa mesma abordagem realista acaba levantando dúvidas que a leitura do livro não é suficiente para resolver. A principal se refere à distinção entre revolução e golpe de Estado. Embora Bignotto alerte logo no início sobre o perigo de confundir os dois conceitos, o livro tende a insistir mais sobre o que aproxima do que sobre o que distingue os dois fenômenos. A razão é que, de um ponto de vista realista, as revoluções – que Bignotto associa, retomando Hannah Arendt, ao problema da fundação – “também são vistas como atos de conquista do poder” (p. 45). Ao tratar da Revolução Francesa, o autor analisa de maneira perspicaz como a luta crua e violenta pelo poder, por procedimentos

que hoje chamamos de golpes de Estado, era recoberta pelo mito da Revolução como início absoluto. O leitor chega a ser tentado a concluir que a distinção entre revolução e golpe não pode ser um instrumento conceitual do analista realista preocupado com a dinâmica da conquista e conservação do poder, constituindo antes um arsenal retórico na disputa entre os próprios atores políticos – uma disputa em que os conquistadores reivindicam a revolução, e os perdedores acusam um golpe de Estado. Embora Bignotto inicie o livro posicionando-se com a afirmação de que houve golpe de Estado no Brasil em 1964 e 2016, a leitura da obra coloca em dúvida a possibilidade de um saber positivo que permita responder objetivamente, e acima das disputas política, se um dado evento foi um golpe, uma revolução ou outra maneira de conquistar e conservar o poder por fora das vias ordinárias. É possível responder a essa pergunta abrindo mão do ponto de vista moral? Permanece a questão acerca dos limites da abordagem realista, embora ela seja fundamental para iluminar aspectos do golpe de Estado apagados pela perspectiva normativa.

---

FELIPE FRELLER é pesquisador de pós-doutorado no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com bolsa da FAPESP, e pesquisador associado ao Centre d'Études Sociologiques et Politiques Raymond Aron da École des Hautes Études en Sciences Sociales (CESPRA-EHESS).

# Um tema espinhoso da filosofia nietzschiana

Nem leitura literal anacrônica nem interpretação apologética

---

## NIETZSCHE E AS MULHERES: FIGURAS, IMAGENS E TIPOS FEMININOS

Scarlett Marton

AUTÊNTICA, 2022, 224 p.

**O**novo livro da professora Scarlett Marton está entre aquelas obras que tocam a polêmica e, por isso mesmo, tornam-se tão relevantes e pertinentes. Ainda mais porque ele é escrito desde a maturidade de sua autora, com o vocabulário que lhe é próprio e os *insights* que marcam o seu modo característico de ler um autor como Nietzsche e oferecê-lo, ainda morno, para outros paladares. Para evitar percalços desnecessários, a leitura desse tipo de livro pode começar, por exemplo, por um esclarecimento a respeito do que ele não é. *Nietzsche e as mulheres* não se chama *Nietzsche e o feminismo* porque é um livro sobre o feminismo, cuja pauta, mais do que filosoficamente justificável, estende-se em obras que, em quantidade e qualidade, atestam a legitimidade da temática. Nietzsche e as mulheres não é um livro sobre as críticas do filósofo alemão ao feminismo e nem sequer é apenas uma espécie de análise da famosa misoginia do autor de *Assim Falou Zaratustra* – do contrário, o título poderia ser *Nietzsche contra as mulheres*. Não é.

Sem escamotear esses problemas, o livro em questão é mais do que isso. Trata-se de uma análise desses problemas mas também, como sugere o subtítulo da obra, dos tipos femininos que rodearam o filósofo durante sua vida e que vieram a formar um rico panorama teórico *em sua filosofia*. *As mulheres*, nesse caso, são mulheres concretas (mãe, irmã, amigas, concubinas etc.) e sentidos abstratos (a verdade, a vida, a sabedoria, a vida intelectual etc.). Com a des-

treza que lhe é própria e amplamente reconhecida por seus leitores e leitoras, a professora Scarlett aproveita a temática de forma tão fecunda, que passa a lançar luz sobre temas espinhosos da filosofia nietzschiana, tentando desvendar – como quem resgata dos escombros – o que poderia ser o pensamento do filósofo alemão, limpando-o da poeira dos anacronismos rasteiros não necessariamente para “salvá-lo” das acusações que lhe são comuns (misoginia e machismo, por exemplo), mas para deixar ver o que o texto, como tal, disse/diz. O resultado é uma leitura transparente e honesta de uma filosofia que merece ser criticada com os óculos da história mas que, pelo mesmo motivo da crítica, oferece a chance de ser reconhecida em seu terreno próprio. Afinal, aquele Nietzsche do título, que se vê diante das mulheres, é também um pensador cuja fecundidade e exuberância não podem ser sequestradas pelo importuno de uma leitura apressada. Scarlett assim, recusa a apologia mas também evita a censura prévia. O que ela oferece a nós, leitores e leitoras de agora, é a chance de ouvir o Nietzsche faltando em suas próprias proposições, fomentado por suas palavras e nu em suas contradições e petulâncias. É a partir disso que o livro haverá de causar algum efeito sobre os nossos ouvidos: é como se ele, sendo livro, afinal, permanecesse inconcluso, para aqueles e aquelas que, saídos da sua leitura, quererão chegar às suas próprias conclusões. Scarlett, de sua parte, abre as trilhas com seus cortes afiados.

Aliás, os seis capítulos do livro são mesmo uma espécie de indicação de roteiro para a interpretação da relação entre *Nietzsche e as mulheres*, algo que se dá como pistas ao mesmo tempo teóricas e biográficas. Então, vejamos:

[1] *Algumas mulheres: emancipadas, mães e solteironas*, começa tratando da questão das diferenças sexuais, passando pelo debate (espinhoso) sobre a ideia de natureza humana e enfrentando o tema do corpo, da vida, da fisiopsicologia e da biologia até alcançar a questão do valor – todos esses terrenos nos quais o assunto do masculino e do feminino devem ser situados e, mais ainda, que o tema das mulheres encontra guarida. E é precisamente isso que a professora Scarlett Marton faz: situa as várias mulheres da vida de Nietzsche no contexto geral de sua filosofia, demonstrando como os tais “tipos” teóricos podem muito bem ser associados às várias mulheres concretas que o filósofo encontrou ao

longo de sua vida e que incluem sua mãe Franziska Nietzsche, sua irmã Elisabeth, suas amigas Malwida von Meysenburg e Lou Salomé, ou mesmo Cosima Wagner, entre outras. Aliás, ao falar em “tipos”, não deixa de ser importante notar que, com esses nomes e com o tema das mulheres, estamos diante de uma estratégia curiosa pela qual seria possível entender a crítica mesma de Nietzsche à subjetividade moderna, tal como a autora nos mostra ao final desse primeiro capítulo. Ao trazer à tona tantos nomes, Scarlett o faz sem perder de vista as tensões próprias que eles produzem, tanto no plano biográfico quanto filosófico e sem deixar de chamar atenção para as contradições, as idiossincrasias, as preferências e as posições do próprio Nietzsche. E é isso, afinal, que a autora insiste em mostrar: “no meu entender, longe de revelar dados biográficos, os textos de Nietzsche expressam antes de tudo suas posições filosóficas” embora seja preciso reconhecer que “Nietzsche é um autor pródigo em escrever a respeito da própria vida”, o que exige “prudência” de seus intérpretes (p. 41). Com posições desse tipo, Scarlett oferece ao/à leitor/a desde o início, o modo como ela lê e como ela acredita ser o modo mais correto de ler o texto nietzschiano, fugindo de certo psicologismo fácil, que não apenas empoeira a filosofia, quanto obnubila o que ela poderia oferecer de mais interessante. Além disso, é importante notar que já nesse capítulo temos uma demonstração clara da generosidade da autora e que se estende como marca da obra como um todo: ela vai não apenas elencando esses personagens de forma clara e didática, articulando suas presenças com os temas filosóficos e as influências teóricas e biográficas que elas evocam, mas, sobretudo, o faz deixando claras as pistas que ela mesma seguiu, na forma das inúmeras e riquíssimas referências que se encontram ao longo do texto e, em especial, nas notas de rodapé. O panorama final é uma espécie de inventário sobre o que se produziu de mais significativa e relevante sobre o tema ao longo dos mais de cento e cinquenta anos da publicação das obras nietzschianas.

[2] *Certas mulheres: esposas e concubinas* começa tematizando como Nietzsche se manifesta, especialmente em *Humano, demasiado humano*, de 1878, como um crítico da ideia de *Homem* (escrito assim, no masculino e com letra maiúscula, para representar uma entidade dada de uma vez por todas, um

ser sem história, portanto). Depois de situar o sentido e a estratégia dessa obra, Scarlett oferece uma análise perspicaz de um dos capítulos mais enigmáticos desse livro de Nietzsche, cujo título é precisamente *A mulher e a criança*. O exercício de análise dos aforismos que formam a obra publicada em homenagem a Voltaire e sob forte influência de Paul Rée e da leitura dos moralistas franceses, proporciona uma ótima oportunidade para que se possa reconhecer a filosofia experimental de Nietzsche, compreendendo o que significam os conceitos fundamentais desse que é chamado o período intermediário da sua obra, entre os quais está a ideia de “espírito livre”. Scarlett mostra como a estratégia de uso da história e das observações psicológicas para compreender a moralidade se revela em temas como amor, egoísmo, casamento, família, maternidade, amizade etc. e, além disso, como esses temas se relacionam com o tratamento ambivalente com o qual o filósofo interpreta o papel das mulheres em sociedade.

[3] *Diversas mulheres: artistas e atrizes* continua a análise, dando ênfase à obra de 1882, *A gaia ciência*, na qual Nietzsche trata da questão das mulheres, especialmente entre os aforismos 57 e 75. Scarlett mostra como o tema das mulheres se situa na crítica que Nietzsche dirige ao idealismo, ao positivismo e ao dogmatismo – que querem fazer da mulher, afinal, um conteúdo fixo, negando que “toda existência é interpretativa” (p. 73). Com uma impressionante riqueza de detalhes, a autora oferece aos/às leitores/as a oportunidade de experimentar a sua forma de interpretação e o seu próprio expediente filosófico. Tudo isso concorre para que seja demonstrado o esforço nietzschiano de recusar o conceito de “mulher em si” – algo que, afinal, ele achava que o próprio feminismo reivindicava: ao lançar mão da ideia de tipo, Nietzsche “a ela recorre para tratar das imagens das mulheres que elas constroem a partir daquelas que os homens construíram e, ainda, para considerar as imagens dos homens que eles constroem a partir de certa imagem das mulheres que eles mesmos construíram” (p. 92). O círculo é vicioso e sua saída não é outra que não o perspectivismo que se revela, por exemplo, nos tipos femininos evocados. Surge daí a famosa associação de Nietzsche entre a verdade e as mulheres (de *Para além de bem e mal*) – tema tão célebre quanto complexo que a professora Scarlett tem a audácia de analisar com franqueza.

[4] *Outras mulheres: a sabedoria, a vida e a eternidade* tem como alvo principal aquela que talvez seja a obra mais conhecida de Nietzsche, *Assim falou Zaratustra*, que, sendo a mais popular é também a mais maltratada. Scarlett articula os aforismos desse livro-poema com passagens de outras obras de Nietzsche para analisar as figuras e os símbolos que remetem ao papel das mulheres no conjunto do texto, acentuando, por exemplo, como elas servem como articulação da reflexão filosófica e das vivências próprias do seu autor, fazendo ver como, em Nietzsche, “teoria e prática não poderiam ser termos excludentes” (p. 115). É nesse capítulo que Scarlett retoma sua interpretação a respeito daquele que poderia ser considerado um dos conceitos nietzschianos mais polêmicos – o eterno retorno. E ela o faz, remetendo o/a leitor/a à simbologia da dança e à compreensão mais geral da noção de vida. A mulher, afinal, está associada à eternidade, potencializando o enigma.

[5] *Aquelas mulheres: feministas e dogmáticas* é uma análise de uma série de parágrafos de *Para além de bem e mal*, nos quais Nietzsche trata das mulheres que buscam a emancipação. Scarlett mostra, com destreza, que tal posição deve ser compreendida (como foi o caso já em *A gaia ciência*) no contexto geral de sua crítica à metafísica e ao caráter dogmático da interpretação do humano. O ganho principal desse capítulo, a meu ver, está na forma como a professora Scarlett conduz o leitor para a constatação de que “o caráter experimental de sua [de Nietzsche] investigação impede que se assuma como doutrinárias as suas verdades sobre elas [as mulheres]” (p. 141). A frase é hausto de oxigênio, porque remete ao cerne do problema: se Nietzsche questiona a ideia de uma verdade em si mesma (na forma, por exemplo, de uma “mulher em si”), própria do dogmatismo e dos esforços de padronização e massificação da cultura moderna, ele não poderia exigir que as suas próprias verdades fossem consideradas inquestionáveis. E isso, quando se trata de um tema tão polêmico como o tema das mulheres, não é pouca coisa: o que resulta daí é a clareza radical do espírito antidogmático que embala toda a filosofia nietzschiana. Aqui temos, além disso, mais uma prova de como o tema das mulheres é uma espécie de subterfúgio para chegarmos a algumas das questões mais espinhosas dessa filosofia que se definiu como “escola da suspeita”. É nesse ponto que Scarlett deixa

clara a sua posição: “Não hesito”, escreve ela, “em afirmar que, quando se trata da emancipação feminina, Nietzsche não se mostra de modo algum ambivalente” (p. 163), ao contrário, ele é um grande crítico desse processo.

[6] *Raras mulheres: escritoras e intelectuais* é uma perspicaz análise do modo como Nietzsche associa o movimento de emancipação feminino às “ideias modernas” amplamente criticadas por ele ao longo de sua obra, a exemplo do que se lê em *O caso Wagner*, obra na qual aparece um conceito central para a interpretação desse processo, a ideia de *décadence* – escrita em francês porque trazida de Paul Bourget e reinterpretada por meio de uma aproximação com a fisiopsicologia, para demonstrar que a ideia de igualdade é mais um produto do processo de adoecimento da cultura, uma expressão da *décadence*, portanto. Igualar mulheres e homens seria, para o filósofo, render-se às teses dos “corruptores da mulher” que incentivavam as mulheres a imitar os homens (p. 177). A crítica às mulheres escritoras e intelectuais situa-se, portanto, nesse contexto. Demonstrando tal coisa, mais uma vez, Scarlett não hesita em situar a si mesma no debate afirmando que “quando se trata das mulheres que escrevem livros e intervêm em domínios outrora reservados unicamente aos homens, estou em condições de afirmar que ele não hesita em aderir à prática da exclusão tão característica da filosofia dos tempos modernos” (p. 194).

Com frases como essa que acabo de citar, a autora de *Nietzsche e as mulheres: figuras, imagens e tipos femininos* – sendo ela mesma mulher, uma das intérpretes mais reconhecidas da obra nietzschiana, uma cidadã de tempos sombrios que são os nossos, nos quais o preconceito, a discriminação e o feminicídio são moeda corrente, incentivadas por autoridades máximas da nação – não deixa de se situar teórica e metodologicamente, evitando tanto “uma leitura literal e anacrônica” dos textos nietzschianos quanto uma interpretação apologética que pretendesse (certamente em vão) salvar Nietzsche das importantes críticas que lhe são dirigidas nesses assuntos. A conclusão do livro é, para o/a leitor/a atento, uma espécie de pá de cal sobre qualquer discussão que não leve o tema até o terreno da seriedade necessária: a chamada “leitura imanente” dos textos é a saída da encruzilhada que, do contrário, exigiria uma leitura so-

ciológica ou psicológica desses textos. Como “mulher que escreve livros”, Scarlett desafia Nietzsche, entrando no ringue que ele mesmo montou. Ela não espera nenhuma indulgência. O livro, nesse caso, é um campo de disputa e cada palavra dá forma ao esforço da autora em manter a tensão – ela sabe, afinal, o que isso significa: é na tensão que mora o equilíbrio.

---

JELSON OLIVEIRA é professor e coordenador do programa de pós-graduação em filosofia na PUC-PR

# Economia e prudência

---

## CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA REDUÇÃO DO JURO

John Locke

Tradução e comentários de Walter Paixão

REPÚBLICA DO LIVRO, 2022, 208 p.

Os leitores que se ressintam da falta de um enfoque macroeconômico real e não apenas “econométrico” das questões econômicas serão talvez os que mais venham apreciar as lições das *Considerações sobre as consequências da redução do juro*<sup>1</sup>, que o filósofo John Locke publicou ainda no século XVII e a *República do Livro* acaba de publicar. Digo isto, porque é evidente hoje no Brasil o anseio por análises da conjuntura político-social que levem em consideração as necessidades e os papéis de todos os agentes econômicos e não, como é comum entre nós, apenas os dos grandes possuidores de capital, de dentro e de fora do país. Determinado pela sua biografia intelectual a não se deixar paralisar pela ditadura de um objeto de estudo em particular, Locke abre espaço, na sua pauta de investigação científica da economia, a temas políticos e morais. Há muitos exemplos a conferir nesse sentido. Um deles: ao mesmo tempo em que exalta a importância estrutural das categorias de agentes econômicos que fazem a grandeza da Inglaterra do seu tempo, ele critica os desvios em que incorrem as ‘elites do atraso’ do seu tempo, que deixam de observar regras de conduta moral, dentre as quais se destacam as regras do trabalho, obrigatório a todos, e da frugalidade.

Assim, o valor da categoria dos emprestadores de dinheiro é exaltado; mas, em nome do combate à usura e de uma possível elevação artificial da

---

<sup>1</sup> *Some Considerations of the Consequences of the Lowring of Interest*, John Locke, 1692, traduzido para o português e anotado por mim (República do Livro, 2022)

taxa do juro daí decorrente, privando a economia como um todo dos recursos necessários ao seu funcionamento, a concentração do dinheiro em mãos de poucos nos centros financeiros é criticada. Trata-se de um desejo criminoso de ter (*amor sceleratus habendi*) e deve ser contido, mediante fixação em lei de uma taxa que seja calculada para ficar próxima do juro corrente, aquele determinado pelo encontro entre demanda e oferta de dinheiro de empréstimo, em um ambiente em que esta não fique concentrada nas mãos de poucos. E seja suficiente, tanto para remunerar de maneira justa o emprestador como para ajudar o tomador de empréstimo a operar lucrativamente o seu negócio<sup>2</sup>. Do mesmo modo, exalta a importância da categoria dos proprietários de terra, mas condena os que gastam seus lucros em consumo supérfluo, ignorando a regra da frugalidade, o que os leva a se tornarem inadimplentes e a clamarem pela ajuda do Estado; estes, diz Locke, devem sofrer as penalidades da lei. Seria o pensador, tido como “pai do liberalismo”, também um regulacionista? No mesmo espírito, ao referir-se a outras categorias de agentes econômicos, como os mercadores (responsáveis pelo comércio de exportação), os comerciantes lojistas, os artífices das manufaturas e os trabalhadores do campo, ele vai fazendo reparos para compor a sua visão do papel, das necessidades funcionais e dos comportamentos de cada segmento da sociedade como um todo. Com certeza, é uma das razões para que a economista americana Karen Iversten Vaughn tenha escolhido para o seu livro o sugestivo título: *Locke: economista e cientista social*. Sensível ao objetivo de alargar o papel da Economia Política, trazendo para ajudá-la outras ciências humanas, talvez o reverenciado economista Thomas Piketty concorde com o juízo de Karen a respeito do perfil intelectual do autor das *Considerações*. Pois, assim como Locke, ele acredita que não basta desenhar modelos abstratos de economia  $\frac{3}{4}$  seja capitalista, socialista ou misto  $\frac{3}{4}$  se, ao fazê-lo, perdemos de vista as questões de fundo da disciplina, aquelas que dizem respeito a interesses e necessidades reais do conjunto da sociedade, e não somente de grupos de interesse; pior ainda, se perdemos de vista o tipo de racionalidade que deve estar na base dos conheci-

---

2 A propósito, em seu livro *JUSTIÇA*, Michael Sandel faz citação de Obama: “Estamos na América. Aqui não menosprezamos a riqueza. Não invejamos ninguém por ter sucesso. E certamente acreditamos que o sucesso deva ser recompensado. Mas o que deixa o povo frustrado – é ver executivos recompensados pela incompetência, principalmente quando essas recompensas são subsidiadas pelos contribuintes dos Estados Unidos.”

mentos econômicos. Respeitar a natureza das coisas, sim, mas com prudência. Muita prudência.

---

WALTER PAIXÃO é ex-analista tributário da Receita Federal do Brasil

# Subjetividade política singular da mulher

PAULA GABRIELA MENDES LIMA

**E**ste ensaio é uma provocação para pensarmos sobre o lugar social da mulher como sujeito político. Adianto-lhes que não é uma resposta à indagação posta no título, mas uma reflexão sobre a pergunta em si. Quer-se pensar se há efetivamente algo de singular na construção da subjetividade da mulher que justifique a sua experiência política atual e qual é este algo. Esta questão nos leva a outras como se essa é uma pergunta forte dentro da filosofia política e da teoria política e por que é importante fazermos esta pergunta hoje.

Os movimentos feministas apontam para a importância de dar visibilidade e voz às mulheres como agentes de ação política. Hoje temos 91 mulheres eleitas para o cargo de deputadas federais e, no estado de Minas Gerais, onde atuo, são 15 mulheres eleitas como deputadas estaduais. Esses são números que se destacam, ainda que não estejamos num cenário ideal. Fato, entretanto, é que há muito mais mulheres que fazem política nos seus cotidianos, nos seus grupos, nas suas comunidades, mas não exercem cargos públicos, políticos ou de autoridades. Há muitas que nem vislumbram a possibilidade de candidaturas; outras se candidatam, mas não chegam a ter votação suficiente para o exercício desses cargos. E há, ainda, mulheres que conseguem se eleger, mas têm muita dificuldade de estar no espaço público como autoridade. Algumas desistem pelo excesso de vulnerabilidade que esse lugar as coloca, outras adoecem e muitas não resistem à agressividade do modelo atual do nosso espaço político.

Esses fatos parecem colocar a investigação sobre a subjetividade da mulher na política em destaque e explicitam que há algo do cotidiano da sociedade, algo estrutural, que, muitas vezes, não é tão evidente, mas obstaculiza perma-

nentemente o gozo efetivo dos direitos políticos das mulheres. Ela não se manifesta apenas nos atos ilegais nos termos definidos pelo ordenamento jurídico, especialmente nos códigos eleitoral e penal, mas se manifesta, também, em condutas habitualmente vivenciadas e que são normalizadas. Condutas que violam, reduzem ou aniquilam a efetividade dos direitos de as mulheres votarem ou serem votadas, dos direitos políticos de participação e ação política no espaço público ou, ainda, que obstaculizam, negligenciam ou silenciam questões referentes à experiência feminina no espaço público.

Há um fenômeno que parece entrar num espaço de sutileza ou do não dito, mas ele é real e pode ser pensando a partir da observação da construção da subjetividade da mulher, dando destaque à sua singularidade. Ele decorre da forma como a figura feminina é construída ao longo do seu processo histórico-social e como ela se constitui no seu processo de formação. Ele explicita o lugar de inferioridade, opressão e silenciamento da mulher ao longo da história da humanidade, bem como manifesta a constituição da mulher como o Outro na sua experiência de individuação. Para compreender melhor este fenômeno, é preciso apreender a experiência da mulher ao longo do tempo histórico, o que será apresentado de maneira breve.

A história da mulher pode ser descrita aqui a partir do período da civilização da Grande Deusa, em que a figura feminina era sacralizada e associada à fertilidade da terra. É uma época descrita como um tempo de vida coletiva e observação dos ciclos naturais. As sociedades se organizavam de forma integrada no espaço natural e, Engels, em *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, sublinhou o fato de que nelas não existiam instituições classistas, as mulheres ocupavam uma posição relevante, gozando de grande liberdade e independência, em flagrante contraste com o papel subordinado e degradante que lhes destinou a sociedade de classes.

Na Antiguidade Grega, inicia-se uma outra relação com a mulher, pois há uma nova organização social e política sendo instituída. E nela, é fundamental definir quem são os gregos. O grego é o ideal e sua identidade se construía em relação à diferenciação com os bárbaros e estrangeiros. Eles dividiam a sociedade em gregos/não gregos, em gregos/*barbarum*. O grego era o lado positivo, perfeito, localizado no centro da sociedade, eles representavam o ideal de

povo educado com o seu idioma grego que lhe permitia acessar arte, ciência e vida política. Eles eram considerados inteligentes, fortes e cultos. Do outro lado, têm-se os bárbaros, o lado negativo, na periferia da sociedade, considerados pejorativamente. Eram simbolizados pelo barbarismo e pela animalidade, eram rudes. Além disso, bárbaros eram os antepassados primitivos que ainda eram muito ligados à *physis*, à natureza. O grego, que se compreendia pelo logos, era o presente. Cabe questionar onde está a mulher nesta operação? A mulher está no lado negativo, do não grego. A sua condição feminina a aproximava do barbarismo, da animalidade, da escravidão da reprodução, da conexão com a *physis* (animais, plantas e deuses). A sabedoria de algumas mulheres não era necessariamente ligada à linguagem racional. Elas não representam o lado positivo, da cultura, da ciência e da política.

O processo de diferenciação gregos/bárbaros seguiu-se com o expansionismo, mas com outro paradigma. O lado grego deixa de ser representado pelo cidadão da pólis grega e a condição do lado positivo passa a ser reivindicada aos romanos. Neste período, os bárbaros são aqueles que não apreendiam a cultura romana e eram considerados preguiçosos e grosseiros. Assentia-se, entretanto, a possibilidade dessa condição ser transformada, o que é uma considerável mudança em relação à perspectiva grega. Abre-se, nesse contexto, a possibilidade de aperfeiçoamento da personalidade das mulheres para que elas recebam tratamentos humanos. E pode-se verificar neste início da Idade Média alternativas de mudanças para a situação das mulheres, ainda que se refiram a um grupo específico delas.

Após esse período, têm-se novas diferenciações, conforme o contexto. O lado positivo passou por diversas representações simbólicas, caracterizando, por exemplo, o lado positivo do Imperador Romano e o lado *divinitas*, formado por um corpo místico com autofundação espiritual e política. Na alta Idade Média, o lado positivo focava-se numa comunidade de fiéis em que se incluía através do batismo. E o lado *barbarum*, negativo, simbolizava os bárbaros, os estrangeiros, os criminosos, os magos, os hereges, etc. Aqueles que, excluídos da condição de homem, não se submetiam à proteção jurídica de seus direitos, pois nem eram considerados sujeitos.

Pergunta-se, novamente, onde e como estavam as mulheres nessas opera-

ções da Idade Média. As mulheres que, no início desse período começam um processo de igualização decorrente de seu aperfeiçoamento e da sua possibilidade de aproximar da *divinitas*, reivindicam no final do medievo a condição de humanidade e de sujeito ocupante do lugar positivo das assimetrias sociais. Entretanto, o que se tem é que os homens eram definidos como seres mais próximos de Deus e mais abertos à perfectibilidade do que as mulheres. Elas tinham, em efeito, pouco espaço e eram consideradas seres mais decaídos.

Marca o período medieval, de um lado, o processo de cristianização dos contos de fadas, estruturas simbólicas que se tornam recursos linguísticos para se afirmar a condição feminina. Eles trazem recursos internos e mensagens que apresentam e invadem o contexto social e o inconsciente feminino, provando transformações e possibilidade de fantasias sobre o ser mulher. Os contos têm esse efeito social de fixar uma subordinação moral da mulher. Eles revelam uma forma de ver o mundo em que a mulher se caracteriza de determinada forma e utilizam um recurso em que a figura feminina está sempre num lugar de redenção e salvação de um homem. Nesse mesmo período, afirma Martha Robles, “*criam-se fadas e criam-se bruxas*”, referindo ao final do medievo em que se observa o lapso conhecido como caça às bruxas.

Nesse tempo, destaca-se a elaboração do *Mallus Maleficarum* (ou o famoso Martelo das Bruxas) pela Igreja que era, naquele momento, o vértice político e espiritual da sociedade, constituindo-se como fonte de fundação cultural, social e jurídica. Estava-se instituindo um sistema normatizador de condutas que determinou a bruxaria como crime sob o seu controle. No *Mallus Maleficarum* a mulher é representada como um objeto de intervenção do Estado e é definida como um ser conectado à natureza, à carne, ao sexo e ao prazer. Tem-se nele um arranjo entre os discursos jurídico, médico e teológico para fins de controle da mulher.

Ele criminalizou, especialmente, as situações relacionadas à sexualidade da mulher, o que contribuiu tanto para um discurso negativo sobre a relação da mulher com o prazer quanto para a definição de comportamentos considerados padrões de feminilidade na modernidade como ser recatada, disciplina e contida. Esse silenciamento da vagina e a repressão da sexualidade feminina visa atingir o psicológico das mulheres fortemente e criar obstáculos para a constru-

ção da mulher como sujeito desejante. A mulher segue sendo, historicamente, objeto de desejo e não sujeito desse sujeito. Naomi Wolf descreve em seu livro *Vagina, uma biografia* pesquisas sobre a relação entre essa situação e dificuldade da mulher de falar em público, rebelar-se e até mesmo de se posicionar e de se afirmar como sujeito. Ela cita a mutilação genital feminina e as agressões sexuais nas guerras como uma estratégia de manter as mulheres silentes e inertes, evitando-se a formação de grupos fortes femininos de contra-ataque.

Além disso, as ofensas à mulher a partir de sua condição sexual são realizadas de forma simultâneas à criação de regras de feminilidade já citadas. Instituiu-se socialmente a figura da mulher 'boa', virgem, pura, recatadas, disciplinada, contida, etc. e, em contraste, instituiu-se a mulher má ou ingovernável, sexualizada, líder de movimentos de resistência, que falam alto e forte. E este é um dos fortes paradoxos ou ambiguidades que constitui a mulher em seu processo de formação.

Esse discurso cristianizado na Idade Média parece continuado, de certa forma, na modernidade pelo discurso da clínica, especialmente marcado por como médicos e psicanalistas veem e retratam a representação da mulher. E, em que pese as críticas realizadas à leitura da mulher pela psicanálise, fato é que o discurso da clínica fortaleceu na modernidade o debate sobre o controle dos corpos femininos. Ao criar definições sobre a mulher a partir do discurso sobre a sexualidade, a clínica visa falar da regulação do corpo, de regimes de visibilidade, de definição de formas de alianças e círculos de afetos e desejos. E falar, também, de instituições, hierarquias, normas sociais e sujeições. O discurso clínico parece uma modalidade guiada pela economia, contribuindo para o discurso capitalista sobre o trabalho, a disciplina, a produção linear, muito bem regulada pela medicalização da vagina que, em regra, diminui o contato da mulher com a sua ciclicidade e com a sua libido e gozo. E é guiada pela política, pois traz bastantes normas de hierarquias de sujeição patriarcal, mantendo a mulher numa posição inferior ou sempre em movimento de uma sexualidade que é masculina.

Esse contexto histórico, especialmente criado pelo discurso masculino, é o acontecimento que justifica a inferioridade e submissão da mulher na sociedade. Criaram-se mitos, tabus menstruais, justificações das ações femininas ape-

nas na natureza, no mistério e nada disseram sobre o erotismo e a sexualidade feminina. Códigos se estabeleceram ao longo do tempo contra elas e elas foram se constituindo concretamente como o Outro. Diz Simone de Beauvoir que “o certo é que hoje é muito difícil às mulheres assumirem concomitante sua condição de indivíduo autônomo e o seu destino feminino. (...) É, provavelmente, é mais confortável suportar uma escravidão do que trabalhar para se libertar.”. Essa situação da mulher ou do feminino não são imutáveis, mas ela é ainda mais reforçada pelo “fundo comum sobre o qual desenvolve toda a existência feminina singular”. No Segundo Tomo de *O segundo Sexo*, Beauvoir descreverá esse fundo comum, enunciando as ambiguidades do processo de formação do ser mulher. Ela expõe os processos de cada fase da vida como a infância, a juventude, a iniciação sexual, o casamento, a maternidade, a vida social e a velhice.

Como afirma Simone de Beauvoir, isso tudo faz com que as mulheres sejam herdeiras de um pesado passado e que faça com que haja uma busca enorme delas para se forjar um novo futuro. Entretanto, o presente ainda é de a situação da mulher ser constituída a partir da ambiguidade, do silenciamento e da opressão, especialmente se pensarmos nos espaços públicos. Ela permanece no paradoxo de subsistir nas incertezas e indeterminações como um sujeito que, na maioria das situações e na sua efetividade, é objeto, bem como compreende-se como lado negativo do discurso político e jurídico dominante, de não homem, como um segundo sexo ou um sexo que não é sexo. Lado esse que parece fundar o status social da mulher, a sua subjetiva política.

E a proposta aqui é apenas levantar essas questões para pensarmos numa singularidade antropológica da mulher a qual se quer dar a voz na política. É fundamental o compreendermos como um debate estrutural para fins de acompanharmos com olhares atentos as novas legislaturas femininas, observando seu contexto, suas demandas, seus esforços e seus obstáculos. Não são homens ou não homens nos espaços políticos, são mulheres constituídas de toda uma singular construção social e histórica. Fiquemos atentos!

BEAUVOIR, Simone de. *Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Vol. 1, 2019.

\_\_\_\_\_. Vol. 2, 2019

ENGELS, Friedrich. *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

WOLF, Naomi. *Vagina, uma biografia*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

---

PAULA GABRIELA MENDES LIMA é Professora de Filosofia do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás – PPGIDH/UFG. Doutora em Ética e Filosofia pela UFMG. Consultora Legislativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

# O estouro da boiada de 8 de janeiro de 2023

MILTON MEIRA DO NASCIMENTO

O que pretendo analisar aqui, sobre o que ocorreu no dia 8 de janeiro de 2023, é o perfil daquelas pessoas que participaram da invasão e destruição dos prédios dos 3 poderes em Brasília. Nossa perplexidade é a de como foi possível acontecer tudo aquilo. Aparentemente pareciam pessoas comuns. Poderia ser um vizinho nosso, um parente, e assim por diante. Como foram capazes de participar de tamanha destruição?

Para uma análise mais aprofundada deste episódio lamentável, seria bom revisitarmos alguns dos clássicos pensadores da psicologia social que se debruçaram sobre os movimentos de massa no início do aparecimento das multidões no cenário social e político. Mas não é nosso propósito voltar a todos eles aqui, o que nos demandaria uma análise bastante longa e exaustiva. De qualquer modo, é bom lembrar que temos urgência em voltar a analisar com um pouco mais de descuido o fenômeno das manifestações de massa e nos indagarmos sobre o perfil dos seus membros.

Retomemos tão somente o clássico de 1930, *La Rebellion de las Masas*, de José Ortega Y Gasset (1883-1955) (Ciudad de México, La Guillotina, 2010) que nos chamava a atenção para um fenômeno que começava a preocupá-lo bastante, que era o aparecimento do homem-massa, aquele que estava presente em toda parte, preenchia todos os lugares e afirmava: “O homem-massa é um tipo de homem feito de pressa, montado tão somente numas quantas e pobres abstrações e que, por isso mesmo, é idêntico em qualquer parte da Europa. A ele se deve o triste espetáculo de asfixiante monotonia que vai tomando a vida em todo o continente. Esse homem-massa é o homem previamente despojado de sua pró-

pria história, sem entranhas de passado e, por isso mesmo, dócil a todas as disciplinas chamadas “internacionais”. Mais do que um homem, é apenas uma carcaça de homem constituído por meros *idola fori*, carece de um “dentro”, de uma intimidade sua, inexorável e inalienável, de um eu que não se possa revogar. Daí estar sempre em disponibilidade para fingir ser qualquer coisa. Tem só apetites, crê que só tem direitos e não crê que tem obrigações: é o homem sem nobreza que obriga – *sine nobilitate* – *snob*”.

Pois bem, esse esnobe de poucas abstrações só possui apenas *idola fori*, ídolos do mercado ou da feira, isto é, falsas ideias, as quais, segundo Francis Bacon, nos vêm do mau uso da linguagem e que impede o intelecto do acesso à verdade e à ciência. Trata-se de incorreções no uso da linguagem e que provocam muita confusão, em vez da verdade e esclarecimento.

Desprovido de discernimento sobre todas as coisas, porque lhe faltam ideias claras, ele estará muito afeito a todas as novidades e aos modismos. Este é o homem comum que vemos em toda parte, que invade todos os espaços, de tal modo que temos a sensação de que todos os lugares estão lotados. Se ligarmos à falta de discernimento o esnobismo, temos aqui a pitada de sal para a arrogância e a sensação de que são todos melhores do que os demais.

O mesmo espanto que Ortega Y Gasset tinha a respeito do homem-massa reaparece após a experiência desastrosa do nazi-fascismo na Europa. A mesma pergunta nos fizemos. Como tudo isso pôde acontecer? E não faltam textos para demonstrar que todas aquelas barbaridades foram perpetradas por pessoas comuns, muito semelhantes às figuras de homens-massa, os quais, quando participantes de uma organização, ou, no meio da multidão, conseguem cometer barbaridades sem se darem contas das consequências de seus atos.

Segundo Hannah Arendt (*Eichmann em Jerusalém*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999), foi o que ocorreu com Eichmann e tantos outros como ele, os quais não eram “monstros pervertidos”, mas “terrível e assustadoramente normais”, como bem anotou Adriano Correia em seu ótimo artigo de inauguração da parceria da ANPOF com o Estado da Arte do Jornal O Estado de São Paulo, de 30/06/2020. Eichmann era um funcionário carreirista, de poucas ideias e muitos clichês, sem capacidade de reflexão e pouco conhecedor do sistema ao qual servia. Segundo ele mesmo, deveria ter sido condecorado e não conde-

nado, pois foi um funcionário exemplar e cumpria todas as ordens que recebia sem questioná-las. Eis aí a peça da engrenagem que não falha quando acionada. Eis aí o homem-massa que nada questiona, mas que, ao fazer parte da estrutura organizacional, atua com muita eficiência e é capaz de cometer as maiores atrocidades.

Esta passagem inicial pela figura do homem-massa de Ortega Y Gasset e por outras que fizeram parte da estrutura do aparelho de estado nazista, dentre os quais o Eichmann tal como Hannah Arendt o apresentou, tem por objetivo avançarmos nossa reflexão sobre o tipo de homem que fez parte da invasão dos prédios dos 3 poderes em Brasília, os quais chamaremos de homens-manada, para ilustrar o seu modo de funcionamento para destruir as estruturas do sistema democrático brasileiro. Também os homens-manada são homens comuns, dotados de poucas ideias, cheios de *idola fori*, por isso mesmo, incapazes de desenvolverem um mínimo que seja de reflexão, cheios de certezas absolutas, das quais não arredam pé. Será que eles têm alguma ideia do que seja fazer política? Certamente não, pois nem mesmo sabem o que é a política. Dialogar com eles tornou-se impossível. Com ideias fixas, não conseguem raciocinar, não conseguem sequer fazer uma pergunta sobre o sentido de suas posições políticas, ideológicas ou religiosas. Para eles, que não possuem a menor noção do que seja a política, só faz sentido o confronto com aqueles que não pensam como eles. Aliás, possuem uma concepção estranha de política. Entram no jogo democrático para destruírem as estruturas democráticas, mas não possuem nenhum projeto estruturado para o que deverão fazer após a destruição do “inimigo”. Política para eles é confronto entre “inimigos”, entre o bem e o mal, este sempre do lado oposto ao deles. Política, para eles é como se fosse uma guerra religiosa sem tolerância. Com isso efetuam uma aproximação entre religião e política que pode levar ao fato de evitarem a todo custo o debate. Para eles, política, como religião, não se discute. O enclausuramento nas bolhas das redes sociais não lhes permite pensar o diferente, a diversidade. Por isso mesmo, as bolhas das redes são bem apropriadas a toda sorte de fundamentalismo, inclusive o religioso.

O homem-massa de Ortega Y Gasset era movido pelos modismos de todo tipo, pelos boatos e artigos escritos na grande imprensa jornalística. O homem

-manada possui outros ingredientes, dentre os quais o mais poderoso é a quantidade de informações veiculadas pelas redes sociais. Alimentados de ódio e fake News pelos vaqueiros, os homens-manada se apresentam diariamente nos “cercadinhos” das redes sociais, prontos para as ordens que determinariam os alvos de um novo estouro. Assim como os homens-massa, os homens-manada não são pessoas sem cultura ou desprovidas de nenhum tipo de formação. Eles estão presentes em todas as classes e categorias sociais. O que nos faz pensar que não se trata de falta de conhecimentos que deveriam ter sido adquiridos nas escolas, mas de algo bem mais profundo. Ou então, seria o caso de questionarmos o que as nossas escolas estão fazendo com nossos alunos. Por que chegamos a esta situação? Talvez porque a “escola” dos tempos atuais não é mais o lugar de formação e aquisição de conhecimentos. Hoje o conhecimento e o falso conhecimento vêm de todos os lugares com o advento da informação pela Internet. O que, evidentemente, se impõe é uma redefinição do papel da escola e dos professores. Esta é uma outra questão crucial que merece uma longa discussão, mas não é o nosso caso de desenvolvê-la aqui.

Como os homens-manada são por assim dizer avessos a qualquer ideia que seja diferente da que defendem, como estão fora de qualquer tentativa de diálogo, é de se esperar também que estarão sempre prontos a novas investidas. Só estão aguardando as ordens dos vaqueiros.

Por onde a boiada estoura faz-se terra arrasada. A boiada já está passando pela Amazônia e só agora nos demos conta do estrago monumental com a crise do genocídio yanomami. A boiada passou nos palácios dos 3 poderes, e podemos aguardar que haverá novas investidas, ou novos estouros provocados. Não nos espantemos que tentem jogar a boiada para cima das universidades públicas, para cima das escolas, e de outras instituições que representem uma tentativa de recuperação dos espaços democráticos violentamente atacados pelos homens-manada. E não há muito do que se fazer nesses casos, porque o que temos é o uso da legislação, com as devidas punições aos culpados. O processo de aprendizagem dos homens-manada virá pelo recurso à legislação. E, a longo prazo, por intermédio de um trabalho que tenha como propósito repensar o papel das escolas no mundo contemporâneo.

Evidentemente, sempre houve pessoas com pouca capacidade de reflexão

e excessivamente ingênuas a ponto de tomarem qualquer notícia como verdadeira. O que é espantoso é o crescimento vertiginoso do seu número com o aparecimento das redes sociais. O efeito manada vem crescendo assustadoramente. E, no futuro, teremos que lidar com ele e encontrar saídas para superá-lo, se não quisermos ser atropelados.

O uso da expressão homem-manada e homens-manada, neste artigo, poderá parecer extremamente forte para alguns e certamente o é. Não podemos nos esquecer que manada é incompatível com diversidade. A ideia de igualdade na manada faz tábula rasa das diferenças. Porque os vaqueiros, que comandaram a manada rumo aos palácios dos 3 poderes, não querem apenas ter uma pequena manada no seu cercadinho, mas sim que todos os brasileiros se transformem numa boiada e numa massa informe de manobra, o que, certamente, estava prestes a acontecer, caso não tivesse ocorrido a resistência que tornou possível a eleição do atual presidente. Mas não sejamos ingênuos, enquanto a manada continuar sendo alimentada, outros estouros podem acontecer. Daí a necessidade de rapidez de atitudes e de raciocínio para a obtenção de mecanismos legais e institucionais que impeçam a ampliação da manada e a ocorrência de novos estouros.

Há muitas diferenças entre o homem-massa e o homem-manada e muitas aproximações também. O que os aproxima é o fato de serem todos homens rasos, medíocres. O homem-manada ganhou força com o aparecimento do homem-bolha das redes sociais. Este novo homem raso não consegue distinguir o verdadeiro do falso. Apega-se ao vazio como se fosse a única tábua de salvação. E o preenche com os alimentos que recebe diariamente em seu cercadinho.

---

MILTON MEIRA DO NASCIMENTO é professor aposentado do departamento de filosofia da USP.

## Hume e o sublime retórico

PEDRO PAULO PIMENTA

**A** exemplo de outros filósofos de sua geração, como Condillac e Rousseau, ou de literatos um pouco mais velhos, como Voltaire ou Gottsched, Hume inquietou-se com o declínio da oratória na Europa moderna. Ou, melhor seria dizer, indagou-se sobre as razões de seu quase total desaparecimento.

No ensaio “Da eloquência”, publicado em 1741, ele escreve: “Nos tempos antigos, considerava-se que nenhuma obra de gênio requeria dotes e capacidades tão grandes quanto falar em público, e escritores eminentes declararam que até os talentos de um grande poeta ou filósofo seriam de natureza inferior aos requeridos para tal façanha” (p. 71). Alude, assim, a uma tópica da literatura antiga que andava em voga entre os modernos: a vinculação entre o florescimento da oratória e a forma de governo republicana ou democrática. Essa tópica é proposta, entre outros, por Tácito, no *Diálogo dos oradores*, e por Longino, no tratado *Do sublime*. Ambos viveram sob a autoridade dos imperadores romanos e contemplaram à distância, com uma pitada de saudosismo, os tempos em que o talento prosperava de mãos dadas com a liberdade política.

À época do ensaio em questão, Hume mal contava 30 anos, e era, à sua maneira, um cético aguerrido, não somente em matéria filosófica, mas também histórica. Sem contestar a vinculação apontada por Tácito e por Longino, autores que, de resto ele tinha em altíssima conta, restringe-se a apontar uma exceção moderna à regra antiga. “De todas as nações polidas e letradas, só a Inglaterra tem um governo popular ou admite em sua legislatura assembleias numerosas o bastante para que, assim se supõe, possam ser submetidas ao domínio da eloquência. Mas o que tem a Inglaterra para ostentar nessa matéria?”. (p. 72). Com efeito, nada; a nos fiarmos por Hume, que, em sua correspondência,

não se cansa de depreciar a baixa qualidade da eloquência parlamentar britânica. Da Antiguidade à Modernidade, mudaram os tempos, a natureza humana permaneceu a mesma, mas as pessoas e os governos são outros. O que valia como regra geral para Tácito e Longino deixou de sê-lo para os analistas políticos da Europa do século XVIII atentos às novas circunstâncias. No fundo, é absurdo esperar por uma oratória tal como a antiga, em um mundo alheio às condições em que ela reluziu.

Tendo partido de um lugar-comum, Hume não hesita em multiplicar a alusão a outros tantos, ao longo desse pequeno, mas caudaloso ensaio. Na passagem citada, ele fala em assembleias “submetidas ao domínio da eloquência”. O que instaurava esse regime de submissão? A força da palavra, tal como ela aparece na elocução, registro supremo da linguagem verbal, governado por uma arte difícilíssima. Um pouco mais à frente, o ensaísta acrescenta: “quão absurdo não pareceria, em nossos oradores calmos e comedidos, o uso de uma figura como a nobre apóstrofe empregada por Demóstenes” para justificar “a malograda batalha de Queroneia”? (p. 73) As figuras são investidas de energia, quando enunciadas com a veemência necessária, requerida pelo assunto da oração. “Quem suportaria”, prossegue Hume, em pleno modo retórico, “uma figura tão forte e tão poética como a empregada por Cícero para descrever, nos termos mais trágicos, a crucificação de um cidadão romano”? (pp. 73-74). O sentido figurativo do verbo “suportar” (*to support*) é utilizado numa acepção tal que comporta a alusão ao significado literal de: aguentar uma carga, um peso, com a resistência do próprio corpo, mas com força suficiente para atirá-la ou lançá-la, para frente ou acima – no caso, jogá-la para uma assembleia atônita.

No momento da peroração, o orador é corpo em movimento, que age. Chegamos, assim, ao lugar-comum que nos interessa, cuja provável fonte é Cícero (Bruto, caps. 37-39). Nessa passagem, a discussão das figuras de linguagem (*tropos*) remete à das figuras de pensamento (*askhmata*), ou à capacidade que o grande orador tem de esquematizar suas ideias: “para Antônio, todas as ideias vinham em mente, cada qual em seu lugar e onde pudessem produzir mais efeito e ter mais valor” (cap. 37). “Não só essas qualidades havia em Antonio, mas ainda uma ação singular; se esta deve ser dividida em gesto e voz, o gesto lhe era não o que exprime as palavras, mas o que concorda com o pensamento”

(cap. 38). Da concepção à expressão, passando pela enunciação, o orador se faz unidade, arrematada por uma “gravidade soberana” temperada por “urbanidade”, “graça”, “elegância” e “ausência de afetação” (cap. 38, 142). Por essa razão, o treino do orador incluía, como observa o mesmo Cícero, ainda no *Bruto*, os exercícios físicos, para que o corpo adquirisse uma força e uma agilidade condizentes com a da concepção.

Hume não espera que os parlamentares britânicos cultivem o corpo com exercícios atléticos. Ele sabe que esses homens não são os mesmos que realizam o serviço militar. As duas funções, outrora conjugadas, encontram-se agora separadas, num exemplo da divisão do trabalho que será comentado por seu amigo Smith no livro 5 da *Riqueza das nações*.

Para além do diagnóstico de época – hábito que, diga-se de passagem, Hume cultivava com parcimônia –, há, no entanto, algo ainda mais interessante: uma tese filosófica, que poderíamos resumir nos seguintes termos (pautando-nos pela seção I.4.6 do Tratado da natureza humana, dedicada à ideia de identidade pessoal). Essa ideia filosófica, de identidade pessoal, é uma ficção, que a imaginação produz, compondo, à revelia das impressões dos sentidos, totalidades empíricas – ditas “organismos” – que, no entanto, teriam de ser consideradas, a partir do caráter atomizado das percepções, como “agregados”, ou sistemas contingentes e variáveis ao sabor da experiência. Um indivíduo que pertença à espécie de animal dita humana nada mais é que uma sucessão de impressões desconexas que a memória liga umas às outras, compondo, com isso, a ideia de uma totalidade unificada e coerente.

Essa concepção esquizofrênica do “eu” tem, é certo, interesse considerável para a psicanálise, mas o que interessa a Hume é deslocar a ideia da unidade do eu da metafísica para a pragmática, ou, se quisermos, da psicologia racional para a “arte da composição”. Hume não utiliza esse termo. Se o emprego aqui, é porque permite reunir a arte oratória, tão louvada pelos antigos, numa mesma classe que o gênero de composição privilegiado pelos modernos, a arte de escrever. O orador, como vimos, se faz corpo diante de uma plateia que acompanha a sua ação, torna-se unidade provisória, que, com suas performances memoráveis, adquire aos poucos uma identidade. Hume faz questão de dizer: todos acudiam a Atenas para ver Demóstenes e a Roma para acompanhar

Cícero, o caráter desses indivíduos era o efeito das suas realizações artísticas. Em nossos dias, ele acrescenta, ninguém pensaria em perder a hora do almoço com as tediosas intervenções realizadas diariamente pelos oradores na Casa dos Comuns, em Londres.

É preciso ler outros ensaios, como “Da simplicidade na arte de escrever” ou “Da tragédia” para se dar conta de que o talento moderno é empregado em outra parte. Todos admiram Molière e Racine, Addison e Pope, todos eles mestres da arte de escrever bem: “A arte de escrever com finura consiste, de acordo com o sr. Addison, em sentimentos que são naturais sem ser óbvios. Não pode haver definição mais justa e mais concisa dessa arte”. (“Da simplicidade e do refinamento na arte de escrever”, p. 157). Quem quisesse substituir a descrição da voz que se exprime na escrita pelo estrondo da antiga oratória cometeria uma inadequação que beira o grotesco.

Seria o escritor moderno um descarnado? Longe disso. Mudou a relação entre o corpo, a enunciação e a voz. O lugar da ação deslocou-se para o ato de escrever, complementado pelo da leitura (para Hume, um soletrar das palavras pela imaginação). O orador forte e ágil, que espera pelo efeito retumbante imediato de suas palavras, dá lugar ao escritor fino e preciso, que sabe esperar pelos efeitos silenciosos, mas não menos profundos, da sua arte.

Mas estaria enganado quem pensasse que Hume abandona sem mais a velha arte oratória. Se ele abre mão do gênero, é para recuperar e remodelar a sua doutrina, a arte retórica, tornando atuais os seus preceitos. No elogio citado da definição de Addison, ele a qualifica como “justa e concisa”, critérios ciceronianos que se aplicam às figuras de pensamento bem como às de linguagem, sem esquecermos a ação.

A própria ideia de uma diferença intrínseca entre a arte oratória e a arte de escrever, na relação com o corpo, é uma tópica herdada de Longino, que a desenvolve na célebre seção X, 1-2, em que cita um poema de Safo (“Parece-me igual aos deuses ser aquele que, diante de ti se senta...”, p. 60; ver na edição de Safo a trad., substancialmente diferente, à p. 142). Qual seria o interesse de Longino por essa passagem?

Como explica Jackie Pigeaud em sua lúcida introdução: “o concurso das paixões, Safo traz para um mesmo lugar, que não é mais o seu corpo, mas o corpo

constituído do poema. Safo é capaz de fazer uma composição por eleição a partir de si mesma. Ela escolhe em si mesma seus próprios sentimentos, e os isola. O sublime está aí, na capacidade de se desprender de si e de constituir um outro corpo [...], de reduzir o número à unidade, articulando-o em um corpo vivo” (trad., p. 24). Reencontramos no poema de Safo a mesma unidade que Hume banira da percepção e, isto não surpreende, reintroduzira na abertura do livro II do *Tratado*, dedicado às paixões, quando a existência destas é referida a um “eu”. É que agora fica claro que essa unidade não é causa, mas efeito que resulta da atuação das paixões sobre os mesmos órgãos sensíveis que abalam a escritora Safo, a mesma que os controla no poema, no qual ela poderá, eventualmente, contemplar-se a si mesma com toda tranquilidade.

Essa experiência não é estranha a Hume, que, em sua autobiografia, “Minha própria vida”, escrita à beira da morte, reconhece que a “paixão governa” de sua existência foi a “fama literária”, enumerando, em seguida, os fracassos e os êxitos de sua carreira como escritor. Quando redigiu essa peça, Hume tinha a intenção de afixá-la à edição póstuma de seus escritos, logo na abertura, para que o leitor assim pudesse de saída identifica-lo, saber quem ele foi. Não um “eu” abstrato, mas um corpo, feito de músculos, nervos e ossos, que padeceu de uma paixão e tomou as medidas cabíveis para revertê-la em prol da construção de uma identidade pessoal.

Quanto a isso, a escrita não é muito diferente da oratória. Ambas, no fundo, são sublimes, propõem uma ideia de corpo que só tem sentido a partir do que ela permite pensar, retroativamente, como um efeito sensível. É porque as peças de Cícero ou de Safo realizam o propósito de criar, na imaginação do leitor, a ideia de um todo orgânico coerente, que concordamos que elas foram compostas por essas pessoas, às quais, inclusive, não hesitamos em atribuir uma identidade. O corpo como metáfora literária, a obra de arte como signo da fisiologia que a realiza enquanto tal. No sublime retórico, Hume parece encontrar a chave para a solução dos enigmas colocados pela filosofia.

---

PEDRO PAULO PIMENTA é professor de história da filosofia moderna na USP. Traduziu de Hume, entre outros, a **História da Inglaterra** (seleção; editora da Unesp, 2015) e **Dissertação sobre as paixões** (inclui a **História natural da religião**; editora Iluminuras, 2021).

## Obras citadas ou mencionadas

Cícero, *Brutus*. Introdução, tradução e notas de José Seabra Filho. Belo Horizonte: Nova Acrópole, 2013.

Hume, *A arte de escrever ensaio*. Organização e tradução de Pedro Paulo Pimenta e Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 2011.

*Tratado da natureza humana*. Tradução de Deborah Danowski. 2ª edição. São Paulo: Unesp, 2018.

Longino, *Do sublime*. Tradução de Filomena Hirata, introdução de Jackie Pigeaud. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Safo de Lesbos, *Hino a Afrodite e outros poemas*. Organização e tradução de Giuliana Argusa. São Paulo: Hedra, 2021.

Tácito, *Diálogo dos oradores*. Tradução de Antonio Martinez Resende e Júlia Batista Castilho de Avellar. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.